



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**276ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Videoconferência

Brasília, 10 de dezembro de 2020

ATA DA 276ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 10 de dezembro de 2020

LOCAL: Microsoft *Teams* – Videoconferência

PRESENCAS

| Representantes do Governo | Representantes dos Trabalhadores em Atividade |
|---|--|
| SEPRT/ME – Bruno Bianco Leal | FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho |
| SPREV/ME – Naron Gutierrez Nogueira | UGT – Natal Léo |
| SPREV/ME – Rogério Nagamine Costanzi | CUT – Ariovaldo de Camargo |
| INSS – Leonardo José Rolim Guimarães | CONTAG – Evandro José Morello |
| INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro | |
| SEPRT/ME – Benedito Adalberto Brunca | |
| SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade | |
| IPEA/ME – Luis Henrique da Silva Paiva | |

| Representantes dos Aposentados e Pensionistas | Representantes dos Empregadores |
|--|---|
| CSB – Bartolomeu Evangelista de França | CNC – Francisco Maia |
| CONTAG – Edjane Rodrigues Silva | CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira |
| SINDNAPI/FS – Milton Baptista de Souza Filho | CNA – Carolina Carvalhais Viera de Melo |
| SINDNAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa | |
| COBAP – Obede Muniz Teodoro | |

| Convidados | |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| SPREV – Alexandre Zioli | INSS – Silvana Socorro Machado |
| SRF – Claudemir Malaquias | ASCOM/ SEPRT – Camila Andrade |
| SPREV – Filomena maria bastos Gomes | ASCOM/INSS – Bruno Dantas |
| DATAPREV – Ubiramar Mendonça | FECOMÉRCIO – Eduardo Almeida |

I – ABERTURA

1 Presidindo a mesa, o Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal, abriu a
2 276ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Na oportunidade,
3 falou que é um prazer imensurável poder participar da última reunião do ano, ocasião que
4 possibilitará boas reflexões, olhando para tudo que foi construído por todos que participam desse
5 distinto conselho no decorrer do ano, em benefício dos aposentados e pensionistas. Disse que o
6 mundo atravessa uma crise sem precedentes, mas o Conselho Nacional de Previdência Social,
7 juntamente com o governo e a sociedade civil, muito bem representada, estiveram prontos e
8 preparados para buscar medidas eficazes que contribuíssem para minorar os efeitos devastadores
9 da Pandemia na vida dos aposentados e pensionistas. Lembrou que esse é o papel dos servidores
10 no exercício do *múnus público*, parabenizou a todos e afirmou com convicção que todos exerceram
11 com maestria suas funções durante o ano, entregando especialmente para a população, aquilo que
12 se espera dos servidores públicos no exercício de suas funções. Destacou que foi um ano muito
13 difícil, porém, com muitas realizações e com grandioso aprendizado regado com muito suor em prol
14 de quem mais precisava. Agradeceu novamente a todos e disse que no CNPS todos caminham
15 juntos com lucidez, experiência, serenidade, tranquilidade e muito profissionalismo.

II – ORDEM DO DIA

16 O Sr. Presidente inicialmente informou que a aprovação da ata da 275ª Reunião Ordinária se daria
17 na próxima reunião, devido ao prazo exíguo entre as datas das reuniões e, e sugeriu uma pequena
18 alteração na Ordem do Dia, visando antecipar a apresentação do calendário de reuniões de 2021.
19 Havendo consenso de todos, foi efetuada a alteração, ficando estabelecida a seguinte pauta: I –
20 Abertura. II – Ordem do Dia: a) Aprovação do calendário de reuniões de 2021; b) Prestação de
21 contas dos resultados da arrecadação e das contribuições sociais destinadas ao financiamento do
22 RGPS; Palestrante: Sr. Claudemir Malaquias, Chefe do Centro de Estudos Tributários da Secretaria
23 da Receita Federal do Brasil; c) Piloto de renovação da fé de vida digital do INSS; Palestrante: Sr.
24 Leonardo José Rolim Guimarães, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); d)
25 Evolução dos trabalhos de análise dos processos de benefício do INSS; Palestrante: Sr. Leonardo
26 José Rolim Guimarães, Presidente do INSS; e) Atualização sobre a reabertura das agências e o
27 funcionamento da Perícia Médica; Palestrantes: Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Presidente do
28 INSS, Sr. Narlon Gutierrez Nogueira, Secretário de Previdência (SPREV/SEPRT/ME) e a Sra.
29 Filomena Maria Bastos Gomes, Subsecretária de Perícia Médica Federal (SPREV); e, f) Análise e

30 monitoramento dos empréstimos consignados; Palestrante: Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro,
31 Diretor de Benefícios do INSS. III – Informes. IV – Outros Assuntos. V – Encerramento. Iniciando a
32 pauta, foi colocado para a deliberação dos conselheiros, o calendário de reuniões para o exercício
33 de 2021, sendo proposto o seguinte cronograma: 277ª Reunião Ordinária, dia 25 de fevereiro; 278ª
34 Reunião Ordinária, dia 25 de março; 279ª Reunião Ordinária, dia 29 de abril; 280ª Reunião Ordinária,
35 dia 27 de maio; 281ª Reunião Ordinária, dia 24 de junho; 282ª Reunião Ordinária, dia 29 de julho;
36 283ª Reunião Ordinária, dia 26 de agosto; 284ª Reunião Ordinária, dia 30 de setembro; 285ª
37 Reunião Ordinária, dia 28 de outubro; 286ª Reunião Ordinária, dia 25 de novembro; 287ª Reunião
38 Ordinária, dia 16 de dezembro. Após conhecimento de todos e não havendo posicionamento
39 contrário, foi aprovado à unanimidade o calendário de reuniões. Em sequência o Sr. Presidente
40 convidou o Sr. Claudemir Malaquias para fazer sua exposição sobre o resultado de arrecadação
41 das contribuições destinadas ao financiamento do Regime Geral. De início, o Sr. Claudemir
42 Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal do Brasil,
43 cumprimentou a todos, na pessoa do Secretário Especial Bruno Bianco, e explicou que a referida
44 prestação de contas se deve ao disposto no comando legal previsto no artigo 2º, da Lei nº 11.457,
45 de 16 de março de 2007, onde diz que: *“compete à Receita executar, acompanhar, avaliar todas as*
46 *atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança das contribuições*
47 *previdenciárias, inclusive aquelas contribuições instituídas a título de substituição”*; e no art. 58, da
48 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no qual estabelece que: *“a prestação de contas*
49 *evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências*
50 *adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação*
51 *de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento*
52 *das receitas tributárias e de contribuições”*. Explicou que a referida prestação de contas, também
53 objetiva cumprir uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU). Destacou que a
54 apresentação mostraria a evolução das arrecadações bruta, líquida e das compensações desde o
55 ano de 2015 a 2019. Ressaltou que a arrecadação bruta vem a ser a soma de todos os valores
56 recolhidos diretamente por meio da rede arrecadadora à conta do Tesouro e, a líquida, a soma das
57 restituições e dos levantamentos de depósitos judiciais, deduzidos da arrecadação bruta. Deu
58 ênfase para a trajetória ascendente da arrecadação líquida em valores nominais, que saiu de R\$
59 377 bilhões em 2018, para R\$ 403 bilhões em 2019, demonstrando o início da recuperação pós
60 período recessivo. Explicou aos presentes que compensações tributárias são a compensação de
61 débitos previdenciários com tributos pagos a maior, ou com direitos creditórios oriundos de outros

tributos relacionados às contribuições previdenciárias como o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), destacando, com isso que, em 2019, o valor dessas contribuições, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de quase R\$ 20 bilhões. Disse que esse tipo de compensação só passou a ser permitida a partir de 2018, com a modificação legislativa que ocorreu com a entrada em vigor do eSocial, que passou a permitir que os contribuintes efetuassem a chamada compensação cruzada, ou seja, compensação de outros tributos com débitos previdenciários e a compensação de créditos previdenciários com débitos e tributos, razão pela qual houve salto nas compensações e, mostrou que o débito previdenciário, em 2019, foi de R\$ 454 bilhões. Explanou que, quando se apresenta os valores atualizado pelo IPCA (valores reais), a arrecadação bruta previdenciária saltou de R\$ 441 bilhões, em 2018, para R\$ 442 bilhões em 2019, enquanto a líquida saltou de R\$ 399 bilhões para R\$ 410 bilhões, resultando em R\$ 20 bilhões a mais. Explicou que o resultado da arrecadação líquida se deu porque foram consideradas as compensações, levando os valores dos demais tributos para a conta da Previdência. Então, a líquida sobe em relação ao movimento na bruta, que por sua vez é mantido, mais ou menos, em linha com o crescimento da massa salarial. Comentou que a Receita Federal trabalha na arrecadação das contribuições previdenciárias, na fiscalização, no planejamento e na tributação, porém, quando se trata da parte arrecadatória, ela tem acesso somente a informações agregadas, já que as informações individualizadas não estão disponíveis nos sistemas que agregam à arrecadação. Seguindo, destrinchou os valores das contribuições previdências, referentes aos anos de 2018 e 2019, respectivamente: (i) contribuição das empresas incluindo o Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) saltou de R\$ 174,7 bilhões para R\$ 182,6 bilhões; (ii) contribuição estimada dos empregados, sem segregação, sendo o único código constante da Guia da Previdência Social (GPS), saiu de R\$ 70,6 bilhões para R\$ 68 bilhões; (iii) Simples Nacional, saltou de R\$ 59,6 bilhões para R\$ 65 bilhões; (iv) Órgãos públicos com empregados que recolhem o Regime Geral, saltou de R\$ 38,7 bilhões para R\$ 40,6 bilhões; (v) contribuintes individuais, saltou de R\$ 11,2 bilhões para 12,7 bilhões; e, (iv) parcelamentos, depósitos judiciais, lançamento de multas, saltou de R\$ 22,8 bilhões para 25,9 bilhões. Informou, também, a 'não arrecadação', que são a soma das renúncias tributárias amparadas por lei, que desonera o contribuinte em diversas situações, nos seguintes setores: dona de casa, microempreendedor individual (MEI), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Exportação da Produção Rural, Desoneração da Folha de Salários, Entidades Filantrópicas e Simples Nacional, o que resultou em um salto de R\$

94 59,9 bilhões em 2018, para R\$ 62,1 bilhões em 2019. Salientou que a desoneração da folha salarial
95 sofreu modificações com a redução de quase 30 setores para os atuais 17 setores contemplados,
96 de acordo com o comando legislativo, fazendo com que a renúncia caísse de R\$ 12,4 bilhões em
97 2018 para R\$ 9,8 bilhões em 2019. Em relação ao PIB, salientou que a arrecadação bruta caiu 0,1%,
98 saindo de 6,1% para 6% do PIB, enquanto que a arrecadação líquida teve um ligeiro aumento,
99 passando de 5,5% para 5,6% do PIB em 2019. Sobre as ações de fiscalização, informou que a
100 Receita Federal autuou 2.228 contribuintes em 2018, o que gerou um crédito no valor de R\$ 14.078
101 bilhões, além de R\$ 379 milhões de multas relativas à contribuição previdenciária e, R\$ 807 milhões
102 de contribuição previdenciária lançada diretamente nos segurados no ano de 2018, sendo que o
103 total lançado, pela fiscalização em 2019, somou R\$ 16,8 bilhões. Concluiu dizendo que os tributos
104 com maior arrecadação tendem a ter o maior número de autuações, como é o caso do Imposto de
105 Renda, a contribuição social e o COFINS, porém, salientou que a Receita Federal não mede esforço,
106 que está dedicada à cobrança das contribuições previdenciárias e, encerrou, se colocando à
107 disposição para quaisquer esclarecimentos. Na sequência, o Sr. Presidente agradeceu ao Sr.
108 Claudemir Malaquias e franqueou a palavra aos conselheiros. De pronto, o Sr. Narlon Gutierre
109 Nogueira destacou a importância dessa prestação de contas ao CNPS, porque se trata de uma
110 previsão legal e, informou, que a intenção é que os trabalhos sejam ajustados, para que as
111 prestações de contas passem a ser realizados no final do 1º trimestre de cada ano, valendo a partir
112 de 2021. Salientou que o sistema de fiscalização evoluiu muito nas últimas décadas e, que a redução
113 das fiscalizações presenciais do auditor fiscal não significa uma diminuição na fiscalização, visto
114 que atualmente, as informações são cruzadas pelos sistemas e a fiscalização se dá de forma
115 automatizada na maioria dos casos. Não havendo mais manifestação o Sr. Presidente deu por
116 aprovada a prestação de contas apresentada pela RFB. Na sequência, convidou o Presidente do
117 INSS para realizar sua exposição sobre a “Fé de vida digital”. Com a palavra, o Sr. Leonardo José
118 Rolim Guimarães lembrou que o sistema de Fé de vida tradicional foi suspenso em março, por
119 ocasião ao início da pandemia e, informou que recentemente, esse prazo de suspensão foi
120 prorrogado até janeiro de 2021. Falou que em substituição ao modelo tradicional, o INSS
121 implementou a fé de vida por meio de um projeto piloto de biometria facial, numa parceria com a
122 DATAPREV, o SERPRO e a Secretaria de Gestão de Dados, utilizando as informações dos bancos
123 de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), para
124 aqueles beneficiários que deveriam ter realizado sua fé de vida até o mês de fevereiro de 2020.
125 Falou que apesar do avanço, o modelo trouxe muitos problemas e reclamações, já que o segurado

126 precisava baixar e fazer o uso de dois aplicativos distintos, sendo um administrado pelo SERPRO
127 (Meu gov.br) e o outro pela DATAPREV (Meu INSS). Diante do imbróglio, buscou-se o
128 aprimoramento da comunicação que culminou em uma simplificação para a utilização apenas do
129 portal 'Meu gov.br'. Falou que o projeto piloto está sendo ampliado, visando alcançar todos os
130 segurados que tenham a biometria facial nos bancos de dados do TSE e DENATRAN, que não
131 fizeram a fé de vida ao longo do ano de 2020 e, salientou que a ideia é agregar outras bases de
132 dados para atingir um percentual maior de segurados. Antecipou que a intenção do INSS é progredir
133 com o cadastro para que, futuramente, todos os segurados possam realizar seu processo de fé de
134 vida sem a necessidade de se deslocar à uma agência bancária ou agência do INSS. Após esta
135 introdução, passou a palavra ao Diretor de Benefícios do INSS, Sr. Alessandro Roosevelt Silva
136 Ribeiro, para dar continuidade ao tema. De pronto informou que, no começo da Pandemia, havia
137 um milhão de segurados que necessitavam realizar a fé de vida, sendo que 564 mil já possuíam a
138 biometria facial cadastrada no sistema do TSE ou DENATRAN e, para esses, foi disponibilizado a
139 possibilidade de realização da fé de vida no primeiro momento. Destacou que entre os meses de
140 agosto e setembro, houve uma grande divulgação e, que nesse período, surgiram as primeiras
141 dificuldades dos usuários, tais como, baixar os dois aplicativos, o tempo disponibilizado para a
142 captação da imagem facial, além da incerteza do sucesso quanto a realização do procedimento.
143 Após detectar essas falhas, foram realizados acompanhamentos de algumas pessoas, realizando o
144 procedimento passo a passo e, realizadas melhorias pontuais visando atender as dificuldades
145 identificadas até então. Relatou que, em 16 de novembro, foi retirada a necessidade de acessar os
146 dois aplicativos 'Meu INSS' e 'Meu gov.br' para a realização da 'fé de vida'. Salientou que, de agosto
147 até a presente data, em torno de 30% das pessoas que precisavam realizar o procedimento
148 processo de fé de vida conseguiram concluir por meio da biometria facial. Com isso, o INSS decidiu
149 estender o procedimento a todos os beneficiários que deveriam ter feito a 'fé de vida' ao longo do
150 ano de 2019, além daqueles que tiveram seus benefícios suspensos por falta da comprovação
151 mesmo antes da pandemia. Concluiu sua apresentação enfatizando seu otimismo em relação aos
152 procedimentos adotados, por entender que irão facilitar e trazer mais segurança para os segurados
153 na hora de realizar a 'fé de vida' na biometria facial, tanto no 'Meu INSS' quanto no gov.br.
154 Acrescentando, por fim, que em breve, qualquer cidadão que tenha um dos aplicativos, e seja
155 beneficiário do INSS, poderá utilizar a mesma instrumentação. De imediato, o Sr. Natal Léo
156 perguntou o porquê do termo 'fé de vida' e não 'prova de vida', e se os bancos continuarão a realizar
157 o procedimento. O Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro respondeu que o termo 'fé de vida' soa

158 melhor e afirmou que os bancos continuarão sim, muito embora eles se limitem às pessoas que
159 possuem conta para o seu pagamento na agência. Ressaltou que a ideia é unificar, não só
160 ampliando o modelo de biometria para um país gigantesco como o Brasil, mas, também, criar uma
161 uniformização entre os documentos públicos. Sem mais indagações, o Sr. Benedito Adalberto
162 Brunca deu sequência à pauta convidando o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, para realizar sua
163 exposição a respeito da “Evolução dos trabalhos de análise dos processos de benefícios”. Com a
164 palavra, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães iniciou destacando que 2019 foi um ano de grandes
165 mudanças para o INSS, principalmente na relação com seus servidores e segurados. Também que
166 foi o ano de implantação dos primeiros programas de gestão com teletrabalho, que são as centrais
167 especializadas em análise previdenciária e as centrais especializadas em análise de benefícios do
168 programa de gestão semipresencial. Aduziu que a partir do 2º semestre de 2019, já se verificou
169 acréscimo de produtividade de 38% em relação à 2018, mesmo com a redução de servidores. Falou
170 que esse aumento está relacionado a transformação digital e a transformação na gestão, com a
171 definição de um trabalho orientado a resultados e metas, a partir de um mapeamento de processos
172 que, de início, focou na análise do reconhecimento inicial de direitos e, depois, foi ampliado para a
173 análise de todas as atividades do INSS, inclusive área-meio. Mostrou que até outubro do corrente
174 ano, a quantidade de benefícios analisados superou a de 2019 em quase 1.000.000, sendo que, em
175 relação ao ano de 2018, esse aumento de produtividade, mesmo ainda estando subestimado, chega
176 a 79%. No tocante a evolução do estoque, pontuou que na hora de informar os números, é preciso
177 separar os quase 800 mil requerimentos em exigência do estoque total dos 1.049 milhão que estão
178 sob análise do INSS. Enfatizou que a principal causa de atraso da análise é decorrente da falta de
179 documentos na hora da solicitação e que, em 2020, essa situação foi agravada devido a Pandemia.
180 Salientou que o prazo normal para o cumprimento das exigências era de 30 dias e, que atualmente,
181 esse prazo foi estendido para 60 dias, por conta do fechamento das agências no mês de março, o
182 que contribuiu para o acúmulo de processos. Mostrou que os dois benefícios com maior estoque
183 são o Auxílio-doença, com 410.947 requerimentos pendentes de análise, e o Benefício de Prestação
184 Continuada (BPC), com 408.852. Lembrou que, no caso do BPC, o INSS efetuou a antecipação
185 daqueles que estavam com os dados cadastrais adequados, faltando apenas a realização do
186 instrumento do psicossocial. Dando prosseguimento, citou um rol de medidas que estão sendo
187 adotadas para acelerar a redução do estoque: (i) realização de workshop com as superintendências
188 regionais, com o objetivo de ampliar o percentual de servidores concessores para 40% do total do
189 número de servidores do INSS em PGSP e Centrais Especializadas de Alta Performance (CEAP);

190 (ii) descentralização da gestão das CEAPs para as Superintendências Regionais, observando as
191 características de cada região; (iii) focalizar no trabalho do serviço social na avaliação social e
192 realização de mutirões em contra turno e sábados; (iv) ampliar os serviços com concessão
193 automatizada de benefícios; (v) melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e
194 modernização de sistemas para redução das instabilidades da plataforma de sistemas
195 previdenciários; (vi) qualificar os requerimentos de benefícios, reduzindo a necessidade de
196 colocação em exigência pelos servidores; (vii) integrar as bases de dados ao Cadastro Nacional de
197 Informações Sociais (CNIS), tais como CadÚnico e legado de registros dos cartórios; (viii) implantar
198 a automatização dos benefícios concedidos por decisão judicial, através da criação das Centrais
199 Especializadas de Análise de Benefícios – Demandas Judiciais CEABs-DJ; e (ix) desburocratizar e
200 simplificar os processos de requerimento e análise. Explicou que, com relação ao BPC, o maior
201 gargalo é a aplicação do instrumento biopsicossocial que se divide em duas etapas, a avaliação
202 social, feita pela Assistente Social do INSS e, a avaliação pericial feita pelo Perito Médico Federal,
203 principalmente porque o número de assistentes sociais encontra-se ainda mais reduzido, visto que
204 parte dos profissionais não estão trabalhando presencialmente por fazerem parte do grupo de risco.
205 Concluiu informando que esse conjunto de medidas objetiva cumprir o acordo firmado com o
206 Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, homologado no dia 8 de dezembro pelo
207 Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Dando sequência, Sr. Benedito
208 Adalberto Brunca franqueou a palavra aos conselheiros para suas considerações e/ou indagações.
209 Iniciando o bloco, o Sr. Evandro José Morello parabenizou as apresentações, solicitou a
210 manutenção das centrais de análise especializadas por temática, por entender que isso ajuda muito
211 no processo de formação e capacitação dos servidores, principalmente para efeito de dar mais
212 celeridade à própria análise do direito. Pediu que a versão final do acordo firmado com o Judiciário
213 fosse disponibilizada para conhecimento dos conselheiros e, por fim, concluiu sua intervenção
214 reiterando seu pedido para que o INSS reavalie a possibilidade de prorrogação de prazo para
215 aqueles segurados que tiveram dificuldades para marcar a perícia médica presencial e ficaram
216 prejudicados. O Sr. Natal Léo parabenizou o Presidente do INSS pelo trabalho que vem sendo
217 realizado, mas externou sua preocupação com o cumprimento dos prazos estipulados no acordo,
218 principalmente com o prazo de análise do BPC de 45 dias, sendo que para aquelas unidades
219 classificadas como de difícil acesso, o prazo máximo será de 90 dias. Em suas considerações, o Sr.
220 José Tadeu Peixoto da Costa disse que apesar dos avanços, é preciso melhorar a qualidade dos
221 serviços oferecidos aos usuários e facilitar a inserção dos documentos no sistema. Sugeriu a

222 escalação de concessionários mais experientes para a realização da análise documental e que fossem
223 feitos treinamentos aos servidores. Informou que o Sindicato dos Servidores está discutindo a
224 questão do sistema de pontos e lembrou que a instabilidade no sistema é algo recorrente. Afirmou
225 que o canal 135 também precisa ser melhorado e, concluiu, reafirmando que o INSS precisa
226 urgentemente de novos servidores, porque essa análise documental não pode ser feita por sistemas
227 informatizados. Com a palavra, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães respondeu que as CEAPs
228 continuarão com a especialização, principalmente porque é seu princípio intrínseco e, o trabalho
229 especializado é que gera a maior produtividade. Quanto ao prazo adicional para a marcação da
230 perícia, informou que após a solicitação da última reunião, o Secretário Especial Bruno Bianco
231 demandou que fosse concedido um prazo adicional de 30 dias para quem ainda não agendou, quem
232 teve a antecipação negada e para quem ainda não agendou a perícia. Em relação a preocupação
233 do conselheiro Natal Léo, informou que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias para
234 viabilizar o cumprimento dos prazos. Com relação as perguntas do Sr. José Tadeu Peixoto da Costa,
235 concordou que o aplicativo precisa de ajustes e melhorias e defendeu uma melhor qualificação nos
236 requerimentos. Explanou que o INSS, com vistas ao aperfeiçoamento dos servidores, criou um
237 programa chamado de 'Projeto Anjo' onde, através de ampla concorrência, são selecionados os
238 servidores mais experientes, e com maior produtividade, para ensinar os servidores com menor
239 produtividade ou que foram passados recentemente para a análise, com a proposta de se buscar
240 uma maior produtividade. Citou, também, a intenção de se realizar um curso presencial, além de
241 cursos através de videoconferências e, informou que o Estado de São Paulo já está iniciando esse
242 projeto piloto com a montagem de dois estúdios, com professores e equipes de apoio. Falando do
243 canal 135, lembrou que o INSS teve problemas sérios por ocasião da reabertura das agências,
244 porém afirmou que a situação já se normalizou e, comunicou que, no início de 2021, será instalada
245 uma nova central visando dar mais agilidade no atendimento e, reduzindo a quantidade de ligações
246 perdidas. Quanto ao quadro de funcionários explicou que o INSS fez um mapeamento de processos
247 e, após implantação do programa de gestão, será possível verificar a real necessidade de servidores
248 mapeados por tipo de função e, a partir daí, poderá ser feito um planejamento de concurso, para
249 suprir o quadro de servidores a partir de 2022. Ato contínuo, o Sr. Evandro José Morello perguntou
250 se o prazo adicional para agendamento já está em vigor ou se depende de ato a ser publicado. Em
251 resposta, o Sr. Narlon Gutierrez Nogueira disse que, em breve, será feita a divulgação da convocação
252 estabelecendo o prazo e informou que os segurados serão comunicados através de edital próprio e
253 pelo portal 'Meu INSS'. Vencido o ponto da pauta, de pronto o Sr. Benedito Adalberto Brunca

254 convidou o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães para apresentar o panorama da reabertura das
255 agências do INSS. De início, o Presidente do INSS informou que, em 9 de dezembro, o INSS
256 contava com 1.062 agência abertas, sendo que 735 com peritos lotados e destacou que a reabertura
257 é um processo contínuo e constante, porém a velocidade tende a diminuir por tendo em vista os
258 problemas estruturais, número de servidores inferior ao determinado nos protocolos de segurança,
259 dentre outros. Salientou que o INSS elaborou um processo paralelo ao protocolo de intenções e que
260 vem sendo feito um trabalho, com o apoio do Ministério Público Federal e Ministério Público do
261 Trabalho, buscando resolver os problemas estruturais, até o final do ano, para que todas as agências
262 do INSS atendam o protocolo de qualidade do atendimento e de funcionamento. Em relação à
263 quantidade de agências com perícias, salientou que, do total de 735 que têm peritos lotados, 488
264 agências já foram inspecionadas e consideradas aptas a realizar perícias, e outras nove pendentes,
265 que estão em adequação e, em breve estarão liberadas. Por fim, informou que o INSS tem se
266 mostrado um exemplo em relação ao funcionamento durante a Pandemia, sem criar volumes
267 consideráveis de contaminação, apesar de ser um órgão com a capilaridade que possui e,
268 principalmente em relação ao seu público que, majoritariamente, são do grupo de risco. Em seguida
269 o Sr. Narlon Gutierre Nogueira iniciou uma breve exposição informando que, no dia 9 de dezembro,
270 estavam com 471 agências com atendimento pericial, contando com 1.548 mil peritos trabalhando
271 e que já tinham realizado 13.993 mil atendimentos. Informou que, atualmente existem 488 agências
272 liberadas para perícias e 2.016 mil peritos com agenda aberta, muito embora alguns encontrem-se
273 com alguma situação de afastamento no momento, mas todos com de agendamentos futuros. Ainda
274 sobre esse tema, relatou que hoje existem 223 mil agendamentos, com um tempo de espera em
275 torno de 18 dias, sendo que, em 80% das unidades, o tempo de espera é de até 45 dias. Falou que
276 existem alguns casos mais críticos, como no Estado do Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais,
277 onde o tempo de espera é superior a 61 dias, ou não possuem vagas disponíveis. Para esses casos,
278 tem sido realizado um trabalho junto com o INSS na tentativa de viabilizar a liberação de salas
279 adicionais, nas unidades que estão em funcionamento, agilizar a liberação de agências próximas a
280 essas localidades, e verificar a possibilidade de convocar peritos de outras localidades, para fazer
281 atendimentos em mutirão, nas próximas semanas. O Sr. Natal Leo demonstrou sua preocupação
282 com os 20% de agências que estão com prazo superior a 45 dias para realização da perícia médica
283 que, por sua vez, vai de encontro ao acordo judicial realizado pelo INSS. O Sr. Narlon Gutierre
284 Nogueira esclareceu que o acordo estabelece que, o prazo, como regra, é de 45 dias, mas que há
285 a possibilidade das unidades, classificadas como 'de difícil provimento', terem seus prazos de até

286 90 dias. Dando sequência, o Sr. Benedito Adalberto Brunca lembrou aos conselheiros que o *link*
287 com a atualização de informações sobre a reabertura das agências, está disponível para todos e
288 que sua atualização acontece em tempo real. Sem demora, convidou o Diretor de Benefícios do
289 INSS para apresentar a “Análise e monitoramento dos empréstimos consignados”. Com a palavra,
290 o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro iniciou explicando como é realizado o procedimento de
291 concessão do empréstimo consignado, regulamentado pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 28,
292 de 16 de maio de 2008, que referencia todo o processo dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT)
293 a responsabilidade em relação às instituições financeiras, que faz o acompanhamento das
294 averbações nos benefícios e limita as espécies de benefícios previdenciários a quais podem ter o
295 desconto referente ao consignado. Disse que, em 2017, havia apenas 12 instituições financeiras
296 com ACT vigentes e, no momento, o sistema conta com 50 instituições operando o consignado.
297 Falou que no mercado existem diversos canais de contratação: caixa eletrônicos, correspondentes
298 bancários, Internet Banking, agências, alguns casos por celular ou *Call Center* e, principalmente, as
299 instituições financeiras que são, também, órgãos pagadores da folha de proventos do INSS.
300 Destacou que o órgão faz o acompanhamento dos canais de contratação, bem como da forma como
301 essa contratação está sendo realizada, principalmente os documentos que autorizam a averbação
302 do consignado em cima de um benefício, fazendo assim, um controle de qualidade. Ressaltou que
303 o INSS está buscando garantir a ampla concorrência entre as instituições, melhorando a qualidade
304 do serviço, além de garantir taxas mais competitivas para os segurados, sempre com base nas
305 recomendações do Conselho Nacional de Previdência Social. Lembrou a Instrução Normativa nº
306 100, de 28 de dezembro de 2018, que altera os dispositivos da Instrução Normativa INSS/PRES nº
307 28, de 16 de maio de 2008, principalmente na questão do bloqueio logo na concessão do benefício,
308 como uma medida para reduzir o aliciamento do segurado que acabou de ter o seu benefício
309 concedido. Salientou que, atualmente, o consignado é uma das carteiras mais importante para o
310 setor bancário, não apenas pela fidelidade, como também pelo volume do montante financeiro.
311 Destacou que a política do consignado é muito importante para o idoso, e para as pessoas que
312 estão enquadradas na baixa renda, mas enfatizou que é preciso ter um controle para evitar o
313 superendividamento desse público. Lembrou que todas as reclamações relacionadas ao
314 consignado, que eram recebidas pela Ouvidoria Geral do INSS desde setembro de 2019, foram
315 migradas para a plataforma do *consumidor.gov.br*, cumprindo o acordo firmado entre o INSS e a
316 Secretaria do Consumidor (SENACON). Elencou, ainda que, em 2014, com um número reduzido de
317 instituições financeiras, as reclamações chegaram a mais de 60 mil, alcançando os 75.529 mil em

2018, mas salientou que, proporcionalmente, o número de reclamações vem diminuindo anualmente. Mostrou que, apesar do número de reclamações, alguns bancos vêm melhorando muito seu *modus operandi*, citando os Bancos Itaú e Safra como os que mais operam com consignado, sendo, inclusive, os que mais tiveram diminuição no número de reclamações. Explicou que, dentro do ACT firmado com a SENACON, existe um modelo de autorregulação do crédito consignado, que demonstra parte das obrigações que os bancos precisam cumprir, a partir do ano de 2020, para que haja essa redução de reclamações, assim como fazer uma melhora na publicidade do que vem a ser crédito consignado nos benefícios e frisou que, recentemente, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), patrocinaram pequenos informes na TV, abordando a diferença do cartão consignado para o crédito consignado. Comungou que o INSS está realizando estudos para realizar ajustes no ACT, permitindo a possibilidade de indicação de um possível seguro que poderia ser acionado, a partir de determinado tipo ou quantidade de reclamações, modelo esse que foi desenhado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Elencou que o INSS tem reforçado a utilização do canal do *consumidor.gov.br* que é hoje, não só de entrada de reclamação, mas também executa todo o controle dos prazos de atendimento pelas instituições financeiras. Alertou que existe um prazo legal para que as instituições financeiras se manifestem diante das reclamações recebidas, que varia de 5 a 10 dias, dependendo de cada situação. Comungou que foram realizadas algumas audiências com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região junto a FEBRABAN, colocando as dificuldades que estão acontecendo e debatendo sobre a necessidade de melhorias no sistema, principalmente quando se refere aos correspondentes bancários, conhecidos como “pastinhas”, e informou que alguns deles já foram suspensos, algo inédito e que faz parte desse processo de melhorias na oferta dessa política pública. Caminhando para o encerramento, destacou que, no final do corrente ano, houve uma ampliação das averbações de consignado, sendo que o Itaú e o BMG detêm o maior estoque e o maior volume de transações realizadas. Concluiu mostrando que 39% dos benefícios possuem empréstimo consignado com um comprometimento de 25,18% da renda, lembrando que esses dados não consideram ainda a elevação de 5% da margem consignável que, segundo cálculos, tem a possibilidade de injetar mais de R\$ 10 bilhões em empréstimos na economia. Ato contínuo, o Sr. Benedito Adalberto Brunca agradeceu a exposição e abriu a palavra aos conselheiros. Com a palavra, o Sr. Evandro José Morello rememorou a discussão ocorrida no conselho por ocasião da elevação do percentual de 5% na margem consignável, reforçou que o assédio exacerbado de algumas instituições financeiras precisa ser combatido e coibido, sugeriu

350 que todas as instituições financeiras conveniadas gerem um mecanismo, via INSS ou o órgão que
351 controla o *consumidor.gov.br*, para que o aposentado ou pensionista consiga buscar a informação
352 o mais rápido possível, se teve ou não a contratação de um consignado. Enalteceu a justa exclusão
353 de correspondes bancários que estejam atuando às margens da lei, e comungou que não são raros
354 os casos que vêm acontecendo de segurados que estão recebendo indevidamente e sem sua
355 autorização, depósitos em suas contas bancárias, efetuadas por instituições financeiras, e que
356 depois, esse tipo de ação vira uma verdadeira tortura para o aposentado, onde muitas das vezes,
357 só consegue a reversão após ingresso com ação na Justiça. Concluiu solicitando ao INSS, e aos
358 órgãos de controle, mecanismos e agilidade para solucionar este grave problema. Em seguida, o
359 Sr. Natal Léo informou que foi acionado por grandes jornais para falar a respeito do tema do
360 empréstimo consignado; aduziu que fez reclamações referente as incidências de empréstimos não
361 solicitados e que deixam a dúvida se a responsabilidade é do banco ou é do INSS. Corroborou com
362 as palavras do Sr. Evandro Morello e acrescentou que as INs 28 e 100 precisam urgentemente de
363 modificações, com adoção de regras mais rígidas e sugeriu a construção de um grupo para analisar
364 esses modelos de autorização do consignado. Concluindo o bloco, o Sr. José Tadeu Peixoto da
365 Costa registrou que a maioria desses empréstimos irregulares foram realizados por escritórios de
366 representação bancária e, uma das causas possíveis, é a necessidade de bater metas junto aos
367 bancos que representam. Com a palavra, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro esclareceu que
368 a melhor forma de pedir os contratos para verificação de concessões e fazer reclamações, é pelo
369 portal *consumidor.gov.br*; lembrou que, após a apresentação de reclamação, seja para suspensão,
370 cancelamento ou outros quaisquer motivos, o banco tem cinco dias para apresentar suas alegações;
371 informou que todas as informações estão colhidas junto ao SENACON e estão sendo utilizadas para
372 impor sanções às instituições financeiras, além da cobrança por melhorias nos serviços prestados.
373 Deixou claro que as reclamações sempre irão existir, mas que a ideia é reduzir a um patamar
374 mínimo, e que essa redução passará por uma melhora da qualidade dos serviços de quem oferta o
375 consignado. Novamente com a palavra, o Sr. Evandro José Morello perguntou se é possível
376 contratar um consignado através de *Call Center*, por gravação de voz e questionou em que critérios
377 o INSS se baseia para autorizar o procedimento do desconto das prestações de um benefício. O Sr.
378 Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro esclareceu que existe uma diferença entre a contratação (que
379 pode ser realizada por vários canais), e a formalização da contratação para o INSS, que precisa de
380 documentação devidamente assinada pelo proponente. Concordou que os mecanismos de controle
381 precisam ser aprimorados, que é necessário pensar em medidas que dificultem, de forma prévia, o

382 empréstimo, uma vez que as sanções se dão após o ocorrido e citou como exemplo, o sistema
383 utilizado pelos servidores públicos que exigem a validação em uma segunda etapa, diminuindo os
384 riscos de fraudes. Em sua intervenção, o Sr. Benedito Adalberto Brunca ressaltou que a primeira
385 forma de controle é o bloqueio da operação de crédito consignado, deixando para realizar o
386 desbloqueio apenas quando houver o interesse em realizar a contratação. Lembrou que o assédio
387 é grande e afirmou que o maior desafio está relacionado aos casos em que não existem contratos
388 e que, nesses casos, as sanções para a instituição devem ser mais severas. Pontuou a importância
389 de se averiguar se as práticas de condutas indevidas, em uma instituição, são casos isolados, ou
390 se há certa regularidade na prática. Alertou para os casos em que o segurado não lembra se contraiu
391 o empréstimo, bem como nos casos em que o consignado foi realizado por alguém legalmente
392 instituído. Falou que é preciso fazer um acompanhamento para que se possa perceber as mudanças
393 de conduta dos agentes para então, criar mecanismos que irão aliviar esse ônus dos aposentados
394 e, reforçou sua preocupação quanto a caracterização dos empréstimos contraídos. Solicitou que os
395 casos em tela fossem enviados para que a secretaria possa repassar ao INSS, visando a realização
396 de uma análise minuciosa dos acontecimentos. Concluiu deixando claro que não se pode
397 generalizar o problema, sob pena de colocar em risco a operação e salientou que o INSS,
398 juntamente com SENACON e os PROCONs, estão trabalhando juntos na fiscalização, visando dar
399 transparência e tranquilidade para os segurados. Solicitando a palavra, o Sr. José Tadeu Peixoto
400 da Costa deixou claro que, na ausência de contrato assinado, a situação passa a ser muito mais
401 grave, configurando falsificação de documentos. O Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro
402 concordou plenamente, deixando claro que, nos casos em que fica caracterizada a fraude, é
403 necessária a realização de boletim de ocorrência e ação da polícia, para realizar as devidas
404 investigações. Todavia, acrescentou que, a operacionalização normal, onde há extrapolação do
405 modelo desenhado, nesses casos é possível minimizar a questão com a mudança do ACT, criando
406 não só situações de sanção, mas, preventivamente. Em sua contribuição, o Sr. Narlon Gutierre
407 Nogueira sugeriu a construção de algum mecanismo como um código de ética, boa conduta e boas-
408 práticas para as instituições financeiras que operam o consignado.

III – INFORMES

409 O Sr. Benedito Adalberto Brunca informou que, no dia 9 de dezembro do corrente ano, ocorreu
410 cerimônia, na Secretaria Especial de Previdência, de assinatura de Acordo Internacional de
411 Previdência Social com a República Tcheca, acordo que será remetido ao Congresso Nacional para

412 ratificação. Informou que esse acordo visa garantir e ampliar a proteção dos benefícios
413 previdenciários dos dois países, no âmbito dos acordos internacionais. Agradeceu o empenho e
414 dedicação dos conselheiros e do colegiado, desejou a todos um feliz Natal e um ótimo ano novo
415 com dias melhores.

IV – OUTROS ASSUNTOS

416 O Sr. Benedito Adalberto Brunca sugeriu para a próxima reunião, uma atualização da evolução das
417 disfunções do tema relativo ao consignado e um balanço sobre a reabertura das agências do INSS
418 e a evolução dos trabalhos. A primeira reunião de 2021 realizar-se-á no dia 25 de fevereiro.

V – ENCERRAMENTO

419 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar o Sr. Benedito Adalberto Brunca deu por
420 encerrada a 276ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.